

IPARDES

Instituto Paranaense de
Desenvolvimento Econômico e Social

ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL

NOTA METODOLÓGICA

CURITIBA
2018

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Alberto Richa - *Governador*

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Juraci Barbosa Sobrinho - *Secretário*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

Julio Takeshi Suzuki Júnior - *Diretor-Presidente*

Aristides Rodrigues do Prado Neto - *Diretor Administrativo-Financeiro*

Daniel Nojima - *Diretor de Pesquisa*

Francisco José Gouveia de Castro - *Diretor do Centro Estadual de Estatística*

EQUIPE TÉCNICA

Ana Silvia Martins Franco

Eliane Maria Dolata Mandu

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Júlio César de Ramos

Lucrecia Zaninelli Rocha

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti - *Coordenação*

Claudia F. B. Ortiz - *Revisão de texto*

Ana Rita Barzick Nogueira - *Editoração eletrônica*

METODOLOGIA DO ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL

O Índice IparDES de Desempenho Municipal (IPDM)¹ considera, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento econômico e social, a saber:

- a) renda, emprego e produção agropecuária;
- b) educação;
- c) saúde.

A leitura dos resultados considerando-se o índice final é feita a partir de valores que variam entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o nível de desempenho do município com relação ao referido indicador ou o índice final.

As bases de dados do Índice de Desempenho são estatísticas oficiais disponíveis publicamente, oriundas, em sua maioria, de registros administrativos obrigatórios. Esses grandes bancos de dados possuem como vantagens ter periodicidade anual e recorte municipal.

A escolha dos indicadores foi feita considerando aspectos importantes ao desenvolvimento local. Portanto, procurou-se, na medida do possível, privilegiar variáveis que são mais sensíveis às ações dos agentes públicos. Entretanto, é importante destacar que os resultados não dependem exclusivamente destas, mas sim de ações conjuntas das três esferas de governo e da iniciativa privada.

A seguir, apresenta-se a metodologia da construção do Índice de Desempenho, separada pelas três áreas de desenvolvimento, a saber: emprego, renda e produção agropecuária; educação; e saúde – cada qual responsável por 33,33% (um terço) do índice final.

1 EMPREGO, RENDA E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

1.1 REMUNERAÇÃO MÉDIA

A subárea remuneração média foi composta por duas variáveis, que têm como fonte de dados a Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS-MTE).

As variáveis que compõem esta subárea são a remuneração média e a taxa de crescimento da remuneração média.

¹ O IPDM resulta da adequação da metodologia do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, buscando explicar melhor a realidade dos municípios dentro do Estado do Paraná, por meio de incorporação de novos indicadores. (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Índice Firjan de desenvolvimento municipal. Sistema Firjan. Ano 1, julho 2008.).

1.1.1 Remuneração Média Absoluta

Na construção do indicador Remuneração média absoluta foram estabelecidos valores para corte de nível máximo, utilizando-se de percentis. Foi considerado o percentil 99 do ano anterior, para definir o indicador do ano em estudo. Municípios que apresentam valores superiores ao percentil 99 receberam pontuação 1. Para os demais aplicou-se o quociente entre a remuneração média e o P99.

Este indicador retém o maior peso na composição do índice final da área emprego, renda e produção agropecuária, correspondendo a 42% do total.

1.1.2 Taxa de Crescimento da Remuneração Média

A taxa de crescimento foi calculada tendo como base o período anterior ao do ano em questão.

A partir da taxa de crescimento calculam-se os percentis 01 e 99 do ano-base de 2009, o qual se torna o corte para chegar-se ao indicador de crescimento da remuneração média dos anos subsequentes.

Atribui-se pontuação 1 aos municípios que apresentam taxa superior ao percentil 99 e pontuação zero àqueles com valores inferiores ao percentil 01. Para os demais municípios, os valores dos indicadores são obtidos por meio da razão entre a taxa menos o P01 e a diferença entre P99 e P01.

1.2 EMPREGO FORMAL

A subárea emprego formal compõe-se de três variáveis – índice de formalização, taxa de crescimento do emprego e participação do emprego do município no total de emprego do Estado do Paraná – que têm como fonte de dados a RAIS-MTE e a Projeção Populacional do IPARDES.

1.2.1 Índice de Formalização (Relação entre o Número de Empregos Formais e a PIA)

A partir dos valores de formalização dos municípios do Paraná, calculam-se os percentis 01 e 99 do ano-base de 2010, definidos como corte para a obtenção do indicador de formalização dos anos subsequentes.

Recebem pontuação 1 os municípios que apresentam valores maiores que o percentil 99, e pontuação zero aqueles com valores inferiores ao percentil 01. Nos demais municípios aplicou-se o quociente entre o valor de formalização e o P99.

Este indicador retém o maior peso (34%) dentro da subárea emprego formal.

1.2.2 Taxa de Crescimento do Estoque do Emprego Formal

A taxa de crescimento foi calculada tendo como base o período anterior ao do ano em questão. A partir da taxa de crescimento, calculam-se os percentis 01 e 99 do ano-base de 2009, o qual se torna o corte para chegar-se ao indicador de crescimento do emprego formal dos anos subsequentes.

Atribui-se pontuação 1 aos municípios que apresentam taxa superior ao percentil 99 e pontuação zero aos que apresentam valores inferiores ao percentil 01. Para os demais municípios, os valores dos indicadores são obtidos através da razão entre a taxa menos o P01 e a diferença entre P99 e P01.

1.2.3 Índice de Participação do Emprego Formal

Considerando-se o número de empregos formais, atribuiu-se pontuação 1 ao município que apresentou o valor máximo, e, àquele que obteve o valor mínimo, foi atribuída a pontuação zero. Para os demais municípios, os valores dos indicadores são obtidos por meio da razão entre o número de empregos formais menos o valor mínimo e a diferença entre o máximo e o mínimo.

1.3 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Para o cálculo da subárea produção agropecuária, utilizaram-se o valor bruto da produção agrícola municipal e o valor bruto da produção de origem animal, cujos dados estão disponíveis no IBGE.

Para o setor da pecuária, como não há disponibilidade do Valor Bruto da Produção (VBP), foi necessário realizar o seguinte cálculo: por meio dos dados da pesquisa pecuária municipal, obteve-se o efetivo do rebanho e da pesquisa trimestral de abate de animais, e o peso total das carcaças por tipo de produto para estimar a quantidade do total de carcaças de bovinos, suínos e aves por município. Essa quantidade foi multiplicada pelo preço médio disponibilizado pelo IPEA.

1.3.1 Participação do VBP Agropecuário do Município no Total do VBP do Estado

Considerando-se o VBP agropecuário municipal, atribuiu-se a pontuação 1 ao município que apresentou o valor máximo, e aquele que apresentou o valor mínimo recebeu pontuação zero. Para os demais municípios, os valores dos indicadores são obtidos por meio da razão entre o VBP menos o valor mínimo e a diferença entre o máximo e o mínimo.

1.3.2 Taxa de Crescimento do VBP Agropecuário

A taxa de crescimento foi calculada tendo como base o período anterior ao do ano em questão. Com base na taxa de crescimento, calculou-se os percentis 01 e 99 do ano-base de 2009, o qual se torna o corte para chegar-se ao indicador de crescimento do VBP agropecuário dos anos subsequentes.

Atribui-se pontuação 1 aos municípios que apresentam taxa superior ao percentil 99 e pontuação zero aos que apresentam valores inferiores ao percentil 01. Para os demais municípios, os valores dos indicadores são obtidos por meio da razão entre a taxa menos o P01 e a diferença entre P99 e P01.

TABELA 1 - PESOS ATRIBUÍDOS AOS INDICADORES QUE COMPÕEM A ÁREA EMPREGO, RENDA E PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, NO CÁLCULO DO IPDM - PARANÁ

INDICADORES	PESO (%)
Remuneração média	47
Remuneração média absoluta	42
Taxa de crescimento da remuneração média	5
Emprego formal	45
Índice de formalização	34
Taxa de crescimento do estoque de emprego formal	5
Índice de participação do emprego formal	6
Produção agropecuária	8
Participação do VBP agropecuário	6
Taxa de crescimento do VBP agropecuário	2
TOTAL	100

FONTE: IPARDES

2 EDUCAÇÃO

A dimensão Educação compreende indicadores do ensino infantil, do fundamental e do médio.

A fonte dos dados é o Ministério da Educação, cujos indicadores estão disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais> e <http://portaldeb.inep.gov.br>.

Na área da educação, adotou-se a desagregação dos indicadores segundo os níveis de ensino da educação básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Isso por entender-se que, numa perspectiva de aferir o desenvolvimento dos municípios do Estado do Paraná, o acompanhamento no médio prazo dos progressos alcançados pela educação básica é essencial. Não é possível atingir um patamar razoável de desenvolvimento sem uma população minimamente educada, ou seja, sem que sua maioria tenha tido acesso à educação básica.

Ademais, adotou-se a segmentação do ensino fundamental em séries iniciais e séries finais devido à implantação do processo de municipalização das séries iniciais do ensino fundamental, cabendo ao governo estadual a responsabilidade pelas séries finais do fundamental e pelo ensino médio.

2.1 ENSINO INFANTIL (CRECHE E PRÉ-ESCOLA)

Nesta vertente da educação infantil, foi utilizado o principal indicador neste aspecto, qual seja: o atendimento à educação infantil, com peso de 20% na dimensão Educação.

Esse indicador analisa o número de matrículas em creches e pré-escolas de crianças com idade entre 0 e 5 anos de idade no ano, registradas no Censo Escolar, em relação ao número de crianças na faixa etária² adequada a essa modalidade educacional, que é de 0 a 5 anos de idade.

Foram estabelecidos os valores de corte para máximos e mínimos. Para o mínimo, utilizou-se o valor zero, e para o máximo, a conjunção das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para atendimento a crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 5 anos, pactuadas pelos governos federais, estaduais e municipais até 2010. Dessa forma, a meta a ser atingida e avaliada é de 60%. Assim, municípios com atendimento maior ou igual a 60% da população nessa faixa etária recebem pontuação igual a 1. Por outro lado, quem possui atendimento zero recebe nota zero; os demais são escalonados de acordo com o percentual proporcional ao daqueles que já atingiram a meta de 60%.

2.2 ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

O ensino fundamental representa 69% do peso na dimensão Educação, distribuídos entre seus quatro indicadores: Taxa de não distorção idade-série³ (10%); Percentual de docentes com curso superior (13%); Taxa de não abandono⁴ (16%); Média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (30%). Ainda, os pesos desses indicadores

² Projeção Populacional calculada pelo IPARDES.

³ A taxa de não distorção idade-série é complementar à taxa de distorção idade-série, que permite avaliar a defasagem entre a idade dos alunos e a série em que se encontram (Taxa de não distorção idade-série = 100 - taxa de distorção idade-série).

⁴ A taxa de não abandono é complementar à taxa de abandono e tem como objetivo medir a permanência de crianças e jovens na escola. A taxa de não abandono é obtida fazendo-se 100 - taxa de abandono.

foram redistribuídos para o ensino fundamental de 1.^a a 4.^a série e fundamental de 5.^a a 8.^a série.⁵ O ensino médio representa 11% do peso na Dimensão Educação, distribuídos entre três indicadores: Taxa de não distorção idade-série (2%); Percentual de docentes com curso superior (5%); Taxa de não abandono (4%).

Foram estabelecidos os valores de corte para mínimos e máximos utilizando-se o critério dos percentis. Para o mínimo, utilizou-se o percentil 1, e para o máximo, o percentil 99. Para o IDEB, adotou-se como máximo o valor 6, que é a meta para o Brasil (trata-se da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE).

TABELA 2 - PESOS DOS INDICADORES QUE COMPÕEM A DIMENSÃO EDUCAÇÃO

INDICADORES	PESO (%)
Atendimento à Educação Infantil	20
Taxa de Não Distorção Idade-Série	12
Fundamental - Séries Iniciais	5
Fundamental - Séries Finais	5
Médio	2
Percentual de Docentes com Curso Superior	18
Fundamental - Séries Iniciais	7
Fundamental - Séries Finais	6
Médio	5
Taxa de Não Abandono	20
Fundamental - Séries Iniciais	9
Fundamental - Séries Finais	7
Médio	4
Média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	30
Fundamental - Séries Iniciais	15
Fundamental - Séries Finais	15
TOTAL	100

FONTE: IPARDES

⁵ A partir de 2007, foi implantado o sistema do ensino fundamental de nove anos, de acordo com a Lei n.º 11.274/06. As séries iniciais passam a ter duração de cinco anos (1.º ao 5.º ano), e as séries finais, de quatro anos (6.º ao 9.º ano).

3 SAÚDE

Para a área de saúde, utilizam-se os bancos de dados da Secretaria da Saúde (SESA) e a Projeção Populacional calculada pelo IPARDES.

A seguir estão apresentadas as variáveis que compõem a dimensão Saúde.

3.1 PERCENTUAL DE MAIS DE SEIS CONSULTAS PRÉ-NATAIS POR NASCIDO VIVO

Esse indicador mede o atendimento às gestantes nos serviços de saúde e constitui um dos atendimentos mais básicos que um município deve oferecer à sua população. Esse tipo de atendimento à saúde permite diagnosticar e tratar doenças preexistentes, além de identificar o mais cedo possível quaisquer alterações, tanto com a mãe quanto com o feto. Assim, dentro das possibilidades médicas existentes, os riscos podem ser corrigidos ou minimizados, com a intenção de que a mãe e o feto cheguem a um final de gravidez normal e satisfatório, sem óbitos ou sequelas.

A quantidade de consultas segue a norma estabelecida nacionalmente pelo Ministério da Saúde, que recomenda a realização de pelo menos sete atendimentos durante o pré-natal. Ressalte-se que o próprio Ministério já identificou que esse serviço de atenção básica é fortemente influenciado por fatores socioeconômicos, pela infraestrutura de prestação de serviços e por políticas públicas assistenciais e preventivas. Ao mesmo tempo, trata-se de um meio que requer poucos recursos financeiros em relação a outros exames de atenção à saúde e é um excelente instrumento de prevenção da saúde da mulher e da criança.

Para o cálculo do valor máximo, estabeleceu-se o percentual de 95% e o mínimo de 0%, sendo que, para os demais municípios, os valores foram escalonados de acordo com o percentual que possuem da nota máxima.

3.2 PERCENTUAL DE ÓBITOS POR CAUSAS MALDEFINIDAS

Este indicador está relacionado tanto com o acesso aos serviços de saúde quanto com a disponibilidade de recursos médico-assistenciais de uma localidade, inclusive para diagnóstico. Permite ainda inferências sobre a qualidade da atenção médica, que, segundo pesquisas do Ministério da Saúde e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em geral, segue a mesma direção das variações de qualidade do preenchimento das declarações de óbito.

O acompanhamento deste indicador permite identificar se o serviço de saúde de um município tem sob controle as causas de morte de sua população: quanto maior o conhecimento, melhor o direcionamento dos recursos e das políticas públicas de saúde, preventivas, inclusive, para aquela localidade específica. Constitui, portanto, um importante

indicador da qualidade das estatísticas das causas de morte: quanto menor for o percentual de causas maldefinidas, melhor será a atenção à saúde no município.

Para o corte de nível mínimo, utiliza-se o valor do percentual médio equivalente ao percentil 99 no triênio 2008-2009-2010.

Para os municípios com percentual maior ou igual ao mínimo, atribuiu-se valor 1, refletindo a pior situação. Para os demais municípios, os valores foram obtidos pelo quociente entre o percentual e o valor do percentil 99.

Como o objetivo é avaliar a melhor situação dos municípios neste indicador, foi necessário calcular o seu complemento (100 menos o percentual de óbitos por causas maldefinidas).

3.3 PERCENTUAL DE ÓBITOS DE MENORES DE CINCO ANOS POR CAUSAS EVITÁVEIS POR NASCIDOS VIVOS

Este indicador traduz a relação entre a quantidade de óbitos de menores de cinco anos por causas evitáveis a cada 100 nascidos vivos no mesmo período.

Para o corte de nível mínimo, utiliza-se o valor de percentual média equivalente ao percentil 99 no triênio 2008-2009-2010.

Para os municípios com percentual maior ou igual ao mínimo, atribuiu-se valor 1, refletindo a pior situação. Para os demais municípios, os valores foram obtidos pelo quociente entre o percentual e o valor do percentil 99.

Como o objetivo é avaliar a melhor situação dos municípios neste indicador, foi necessário calcular o seu complemento (100 menos o percentual de óbitos de menores de cinco anos por causas evitáveis por nascidos vivos).

TABELA 3 - PESOS DOS INDICADORES QUE COMPÕEM A DIMENSÃO SAÚDE

INDICADORES	PESO (%)
Percentual de mais de seis consultas pré-natais por nascido vivo	100/3
Percentual de óbitos por causas maldefinidas	100/3
Percentual de óbitos de menores de cinco anos por causas evitáveis por nascidos vivos	100/3
TOTAL	100

FONTE: IPARDES